

Comissões discutem dívidas dos estados e combate à pobreza

CAE aprecia amanhã pedido do Rio de Janeiro para emitir quase R\$ 1 bilhão em letras financeiras. CCJ e CAS debatem, na quarta-feira, projetos que pretendem atacar o problema da fome e das desigualdades sociais no país



CAE apreciará pedido de rolagem da dívida mobiliária do Rio de Janeiro, que recebeu parecer contrário do Banco Central

O trabalho nas comissões permanentes deverá ser o destaque desta semana no Senado. A Comissão de Assuntos Econômicos reúne-se amanhã e quarta-feira, debatendo questões ligadas às dívidas do Rio de Janeiro e São Paulo. Já a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Assuntos Sociais fazem encontros na quarta, tendo na pauta projetos sobre erradicação da pobreza.

PÁGINA 3

Plenário vota alterações na CLT amanhã

PÁGINA 4

CPI DO JUDICIÁRIO

INVESTIGAÇÃO ABRANGE DENÚNCIAS E NÃO O ASSASSINATO DE JUIZ

PÁGINA 4



Paulo Souto lembra que CPI não tem papel de polícia e, por isso, vai apurar apenas as denúncias contra Judiciário do estado

CPI DOS BANCOS

SENADORES APROVAM DECISÃO DO STF SOBRE QUEBRA DE SIGILO

PÁGINA 4



CPI fará reunião administrativa amanhã para que os senadores tomem conhecimento da decisão do Supremo Tribunal Federal



SEGUNDA-FEIRA, 20 DE SETEMBRO DE 1999

AGENDA

PLENÁRIO

▶ 14h30 - Sessão não deliberativa

PREVISÃO DA SEMANA

PLENÁRIO

Terça-feira (21.9.99)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PLC nº 7/95, revoga os arts. 723, 724 e 725 do Decreto-Lei nº 5.452/43, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho; *PLC nº 20/99, acrescenta artigo à Lei nº 9.099/95 (juizados especiais cíveis e criminais); *PLS nº 266/96, que estabelece diretrizes para o exercício do poder concedente e para o inter-relacionamento entre União, estados, Distrito Federal e municípios em matéria de serviços públicos de saneamento; *PDL nº 124/98, que aprova o ato que renova a concessão da Fundação São Benedito da Lapa para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade da Lapa (PR); *Mensagem nº 76/99, submete à deliberação do Senado a escolha de Sérgio de Queiroz Duarte, para cumulativamente com a função de embaixador do Brasil junto à Áustria, exercer a de embaixador do Brasil junto às Repúblicas da Croácia e Eslovaca; *Mensagem nº 140/99, submete à deliberação do Senado a escolha de Pedro Paulo Pinto Assumpção, para exercer a função de embaixador do Brasil junto ao Panamá; *Mensagem nº 160/99, submete à deliberação do Senado a escolha de José Nogueira Filho, para exercer a função de embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel; *Requerimento nº 479/99, do senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 495 e 496 de 1999, por versarem sobre o benefício previdenciário às vítimas e aos dependentes dos motoristas profissionais vítimas por ações tipificadas como crimes; *Requerimento nº 493/99, da senadora Marina Silva, solicitando a retirada do PLS nº 255/99, que institui a meia-entrada para estudantes e idosos em espetáculos artísticos, culturais e esportivos; e *Requerimento nº 494/99, do senador Luiz Estevão, solicitando a retirada do PLS nº 514/99, que altera dispositivo da Lei nº 8.666/93, para instituir a retenção e recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

Quarta-feira (22.9.99)

▶ 10h - Sessão Conjunta do Congresso Nacional

Pauta: Apreciação de vetos presidenciais. *Plenário da Câmara*

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PLC nº 113/95, que dispõe sobre o processo de trabalho nas ações que envolvam demissão por justa causa; *PDL nº 59/98, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Televisão de Uberlândia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sons e imagens na cidade de Uberlândia (MG); *PDL nº 79/98, aprova o ato que renova a concessão da Fundação São José do Paraíso para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paraísoópolis (MG); *PLS nº 124/99, que estabelece normas de acesso ao Sistema de Administração Financeira (Siafi); e *Requerimento nº 335/99, do senador Romero Jucá, solicitando a dispensa do reexame do PDL nº 34/93, que aprova o texto da Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo em vista que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ao reexaminar a matéria, atendeu à finalidade objetivada no referido requerimento.

Quinta-feira (23.9.99)

▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PLC nº 10/98, que dispõe sobre gratuidade de transporte para os idosos; e *Projeto de Resolução nº 79/99, que concede autorização global aos estados para contratar operação de crédito junto ao governo federal, destinado a compensar perdas de receita decorrentes da implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, criado pela Lei nº 9.424/96, nos termos da MP nº 1.861-15 de

1999, e suas posteriores reedições.

Sexta-feira (24.9.99)

▶ 9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira (21.9.99)

▶ 11h30 - Comissão de Educação

Pauta: *PLS nº 218/99, que denomina Senador João Calmon a Escola Técnica Federal do Espírito Santo - UNED, de Colatina; *PLS nº 22/99, que denomina Rodovia Governador Hélio Campos trecho da BR-174; *PLS nº 360/99, que denomina Governador Edmundo Pinto trecho da Rodovia BR-364; *PLS nº 241/99, que dispõe sobre a criação de selo comemorativo da Semana Nacional da Criança Excepcional *PLS nº 111/99, que institui o Dia Nacional de Luta Pela Reforma Agrária; *PLS nº 427/99, que altera a denominação do Aeroporto Internacional de Macapá; *PLS nº 340/99, que dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Imigrante Italiano; *PLS nº 339/99, que denomina o trecho da BR-262, entre o bairro Jardim América e o trevo da Ceasa, no município de Cariacica (ES), como Mário Gurgel; *PLC nº 38/99, que denomina Rodovia Ulysses Guimarães a BR-282; e os *PDLs nºs 92, 109, 146, 153, 139, 86, 141, 137, e 162, de 1999, que aprovam o ato que renova a permissão e concessão para explorar serviço de radiodifusão sonora. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

▶ 17h - CPI do Sistema Financeiro

Pauta: Reunião interna. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

▶ 17h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: *PLS nº 156/99 - Complementar, regulamenta o inciso I, do parágrafo 1º, do art. 43 da Constituição federal; *PLS nº 13/99 - Complementar, altera a Lei Complementar nº 82/95, acrescentando parágrafo ao art. 1º, III, para dispor sobre o câmputo das receitas e despesas correntes do Distrito Federal; *PLC nº 21/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão conterem dispositivo que possibilite o bloqueio temporário da recepção de programação inadequada; *Ofício "S" 23/99, encaminha ao Senado parecer Dedip/Diare-99/157, de 1999, contendo a manifestação do Banco Central do Brasil relativa ao pedido do governo do estado do Rio de Janeiro para emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro (LFRJ), cujos recursos serão destinados ao refinanciamento da dívida mobiliária vencível no segundo semestre de 1999; *PLS nº 270/99, estabelece a obrigatoriedade de aplicação de no mínimo 22% dos recursos do BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústrias; e *PLS nº 173/99, acrescenta o inciso V ao art. 94 da Lei nº 8.171, de 1991, que dispõe sobre política agrícola. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

▶ 17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: *PLC nº 26/98, que estabelece sanções administrativas e penais em caso de realização de atividades proibidas pela Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas Existentes no Mundo (CPAQ). *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 7*

Quarta-feira (22.9.99)

▶ 9h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: *PLS nº 206/99, que institui o Programa de Complementação Alimentar à Famílias Carentes - Proalimentar; *PLS nº 112/99, altera a redação dos arts. 71 e 73 da Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e dá outras providências estendendo o salário-maternidade à trabalhadora autônoma; *PLS nº 247/99, que dispõe sobre advertência nas embalagens de baterias e pilhas eletroquímicas; *Ofício "S" nº 37/99 que encaminha ao Senado relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito criada para apurar a entrada de medicamentos falsos na rede hospitalar pública e privada, bem como a comercialização dos mesmos naquele estado; *PLS nº 492/99, modifica o art. 3º da Lei nº 4.771/65, que disciplina a supressão parcial da cobertura vegetal para desenvolvimento da aquíicultura; *PLS nº 31/99, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Leiloeiros

Oficiais, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Leiloeiro Público Oficial; *Diversos nº 19/98, que encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 444/98, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam e, ainda, cópia do relatório de auditoria (TC nº 2255.268/96-5), adotada pelo Tribunal de Contas da União, sobre auditoria realizada no Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM/AM - 8º Distrito, no período de 29/07 a 02/08/96; *PLS nº 234/99, que estabelece proporção territorial nos estados para reservas ecológicas, ambientais e indígenas; *PLS nº 67/99, que cria selo a ser fixado nos produtos que especifica; *PLS nº 258/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora nos casos de mutilação pós-cirúrgica e de defeitos físicos, genéticos ou decorrentes de acidentes de trabalho; *PLS nº 131/99, acrescenta dispositivo ao art. 20 da Lei nº 8.036/90, para permitir a movimentação da Conta Vinculada do FGTS nos casos de constituição de microempresa por parte do trabalhador; e *PLS nº 191/99, que dispõe sobre a criação do Centro Nacional para Estudos, Conservação e Manejo das Plantas Medicinais Brasileiras. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

▶ 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: *PLS nº 66/99, que institui a linha oficial de pobreza e estabelece que o governo Federal deverá definir metas ao longo do tempo de progressiva erradicação da pobreza, diminuição de desigualdade sócio-econômicas; *Consulta nº 1/99, em atendimento à solicitação do senador José Eduardo Dutra para que se manifeste sobre o conceito de "reputação ilibada", inscrita na Constituição; *PLS nº 73/99, que dispõe sobre a responsabilidade civil e penal dos proprietários possuidores e criadores de cães perigosos; *PLS nº 113/99, que proíbe a criação, reprodução, importação e comércio de cães de raça pit bull; *PLC nº 86/96, altera o parágrafo 1º do art. 39 da Lei nº 8.935/94, que regulamenta o art. 236 da Constituição federal, dispondo sobre os serviços notariais e de registro; *PLC nº 101/96, que define condições para o lançamento de esgotos e disposição de resíduos sólidos; *PEC nº 28/99, acrescenta artigo às Disposições Constitucionais Gerais, dispondo sobre o regime constitucional dos delegados de polícia de carreira; *PLS nº 183/99, acrescenta artigo ao Código de Processo Penal, determinando os casos de segredo de justiça; *PLC nº 27/99, regulamenta o art. 225, parágrafo 1º, incisos I, II, III, e IV da Constituição federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; *PLS nº 10/99, altera o dispositivo na Lei nº 6.811/80, que dispõe sobre a destinação da taxa judiciária de que trata o art. 20 do Decreto-Lei nº 115/67, alterado pelo art. 2º do Decreto-Lei nº 246/67; *PLC nº 36/99, altera a Lei nº 9.503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro; *PEC nº 5/99, acrescenta parágrafo aos artigos 27 e 168 e altera os artigos 28 e 29 da Constituição federal, que tratam de relações jurídico-orçamentárias entre os Poderes dos estados, Distrito Federal e dos municípios; *PLS nº 203/99, altera a redação do art. 643 do Decreto-Lei nº 5.452/43, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho; e *PLC nº 17/99, que dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do parágrafo 1º do art. 102 da Constituição federal. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

▶ 17h - Comissão de Assuntos Econômicos

Exposição do governador Mário Covas, acerca das operações de crédito de interesse do estado de São Paulo em tramitação no Senado. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

▶ 17h30 - Subcomissão para acompanhamento e investigação de casos de exploração do trabalho e prostituição infanto-juvenil

Audiência pública com a secretária de estado de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social, Vanda Engel Aduan, com a finalidade de prestar informações a respeito das ações de assistência, acompanhamento, investigação e repressão, prestadas pelo ministério. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

ESPECIAL

Quarta-feira (22.9.99)

Cultura ao Meio-Dia

Filme: *Corte de Cabelo*, de Joaquim Sapinho. *Auditório Petrônio Portella*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)

2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impressa pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Comissões debatem dívida e combate à pobreza

Um pedido de renegociação da dívida fluminense e a proposta de estabelecimento pelo governo de uma linha oficial de pobreza encontram-se entre os temas que estarão em discussão nesta semana nas comissões

permanentes. O governador de São Paulo, Mário Covas, debaterá com os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos pedidos de operações de crédito ao estado que se encontram em tramitação atualmente no Senado.

CAE

Rolagem de títulos do Rio tem parecer contrário do BC

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) apreciará amanhã, a partir das 17h, pedido do governo do estado do Rio de Janeiro para emissão de Letras Financeiras do Tesouro estadual no valor de R\$ 956,7 milhões, destinados à rolagem de 95% da dívida mobiliária do estado com vencimento previsto para o segundo semestre de 1999.

O parecer do Banco Central é contrário ao novo endividamento, pois o estado do Rio de Janeiro estaria "com resultado primário negativo e com os limites de endividamento fixados extrapolados". Uma alternativa eficiente para a reestruturação das finanças do governo fluminense, segundo o ofício do Banco Central, estaria na conclusão do acordo de refinanciamento de dívidas com a União.

Outras cinco matérias constam da pauta da reunião da CAE, que é presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Entre elas, a única com caráter terminativo, de autoria do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), obriga o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a aplicar no mínimo 22% dos recursos sob sua administração no financiamento a projetos do setor de agroindústrias.

A CAE também apreciará projeto de lei complementar apresentado pelo senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) que regulamenta o artigo 43 da Constituição. Pela proposta, a União poderá articular ações de âmbito federal, estadual e municipal criando "regiões de desenvolvimento", estabelecidas a partir de condições

Covas comparece a reunião na quarta-feira

Em reunião extraordinária convocada pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB) para quarta-feira, às 17h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ouvirá, em audiência pública, exposição do governador do estado de São Paulo, Mário Covas.

O governador paulista discutirá com os senadores os objetivos de várias operações de crédito de interesse do estado por ele solicitadas e que se encontram em tramitação no Senado.

geoeconômicas e sociais semelhantes e de indicadores de situação econômica e social que as colocam abaixo das médias nacionais.

Proposta de alteração da Lei Camata, que fixa limites para os gastos de estados e municípios com folha de pessoal, consta de projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) a ser votado na mesma reunião. De acordo com o texto, para efeito do cumprimento do limite de 60% previsto pela Lei Camata das receitas correntes do Distrito Federal deverão ser excluídas as despesas de custeio com serviços públicos a cargo da União — Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros — e prestados diretamente pelo Distrito Federal nas áreas de saúde e educação.

mesma reunião é a proposta do Executivo que denomina Rodovia Ulysses Guimarães a BR-282.

Constam da pauta ainda nove projetos de decreto legislativo com atos que renovam a permissão ou concessão de rádios em cidades localizadas em Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo. Os senadores examinarão ainda, entre outras matérias, projeto de lei do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que cria selo comemorativo da "Semana Nacional da Criança Excepcional".

CCJ

Suplicy quer metas para erradicação da miséria

O estabelecimento de uma linha oficial de pobreza é um dos projetos da pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que se reúne na quarta-feira, a partir das 10h. O projeto, de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), determina que o governo federal defina metas ao longo do tempo de progressiva erradicação da pobreza e diminuição das desigualdades sócio-econômicas.

De acordo com o projeto, a linha de pobreza será fixada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Pela proposta, o presidente da República, por ocasião de sua posse, deverá estabelecer metas regionais de erradicação da pobreza e de diminuição de desigualdades sócio-econômicas ao longo do período de seu mandato e dar conhecimento dessas metas ao Congresso Nacional através de mensagem.

Na mesma reunião a CCJ deverá apreciar dois projetos de lei que tratam de cães perigosos das raças pit bull, rottweiler, fila, mastim e doberman. Projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) estabelece que animais dessas raças e os resultantes de cruzamentos entre elas passam a ser considerados "cães perigosos" e,



A Comissão de Constituição e Justiça deverá apreciar ainda dois projetos de lei que impõem limites à criação de cães de raças consideradas perigosas

por isso, seus proprietários, possuidores e criadores responderiam civil e criminalmente pelo danos que o animal causar. O projeto prevê também que a responsabilidade civil pelo dano, comprovada em juízo, implicará indenização.

O outro projeto, de autoria do senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), trata apenas da raça pit bull e proíbe totalmente a criação, reprodução, importação e comércio desses cães. Além disso, estabelece que todo cão dessa raça existente no país deverá ser castrado e registrado num prazo de 90 dias perante a prefeitura municipal ou órgão competente da locali-

dade onde se encontra. A desobediência pode render de três meses a um ano de prisão aos donos de cães pit bulls.

A CCJ apreciará, também, projeto de lei da Câmara que define condições ideais para o lançamento de esgotos e a disposição de resíduos sólidos e proíbe o lançamento final de esgotos sanitários e industriais sem tratamento em nível adequado ao local onde serão despejados. O nível de tratamento necessário dos esgotos seria definido de acordo com a capacidade de autodepuração dos locais que os receberão e com a melhor tecnologia possível em cada caso.

CRE

Punição ao uso de armas químicas em pauta

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), reúne-se amanhã, às 17h30, para examinar projeto de lei da Câmara que estabelece sanções administrativas e penais para atividades consideradas ilícitas pela Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas Existentes no Mundo. O relator, senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), apresentou parecer favorável ao projeto.

CAS

Projeto prevê distribuição de pão e leite a famílias carentes

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se na quarta-feira, às 9h, para apreciar projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que institui o Programa Alimentar às Famílias Carentes (Proalimentar). A proposta prevê a distribuição diária de pão e leite a famílias carentes que têm crianças com idade entre seis meses e seis anos, às mulheres gestantes e nutríveis, e de uma cesta básica mensal às famílias cujo rendimento não seja superior a meio salário mínimo.

Presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), a comissão analisa também projetos da senadora Marina Silva (PT-AC), que estende o salário-maternidade à trabalhadora autônoma; e do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que permite o saque do Fundo de Garantia, para constituição de microempresa. A pauta da comissão prevê ainda a análise dos relatórios da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa de Minas Gerais sobre a entrada

de medicamentos falsos e sua comercialização, e do Tribunal de Contas da União, sobre auditoria no Departamento Nacional de Produção Mineral.

Secretária de Assistência discute trabalho infantil

A secretária de Assistência Social do Ministério da Previdência, Vanda Engel Aduan, comparece na quarta-feira, às 17h30, à Subcomissão Permanente para Acompanhamento e Investigação de Casos de Exploração do Trabalho e Prostituição Infanto-Juvenil. Ela prestará informações a respeito das ações de assistência, acompanhamento, investigação e repressão prestadas pelo ministério. A subcomissão é presidida pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR).

CE

Reforma agrária e imigrante poderão ter dias nacionais

Projetos que instituem o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária e o Dia Nacional do Imigrante Italiano serão analisados amanhã, em caráter terminativo, pela Comissão de Educação do Senado, em reunião marcada para as 11h30. Os projetos, de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC) e do senador Gerson Camata (PMDB-ES), respectivamente, ganharam parecer favorável, com emendas apresentadas pelos relatores. Outro tema a ser tratado pelos parlamentares na

Plenário do Senado vota alterações na CLT

Também consta da pauta de amanhã projeto de lei que estabelece as diretrizes para o relacionamento entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios no que se refere aos serviços públicos de saneamento

Onze itens fazem parte da pauta de votações do Senado para amanhã. Entre eles, projeto que revoga três artigos da Consolidação das Leis do Trabalho relativos ao *lockout* à greve. Se a idéia for aprovada, acaba a pena de suspensão de empregados que, coletivamente e sem prévia autorização do tribunal competente, abandonarem o serviço ou desobedecerem a qualquer decisão proferida em dissídio. Relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) tem parecer favorável, com uma emenda de redação.

Também deve ser votado projeto que acaba com as divergências de interpretação na aplicação da lei que dispõe sobre os juizados especiais cíveis e criminais quando se

trata de crimes militares. Oriundo do Poder Executivo, a alegação dos ministros militares em defesa do projeto é a impossibilidade de aplicar alguns artigos dessa lei (9.099/95) no Judiciário militar. O parecer do senador Romeu Tuma (PFL-SP) na Comissão de Constituição e Justiça foi favorável.

Com parecer favorável de Ney Suassuna (PMDB-PB), que o emendou na Comissão de Assuntos Econômicos, também aguarda votação projeto do senador licenciado José Serra (ministro da Saúde) que estabelece diretrizes para o exercício do poder concedente e para o inter-relacionamento entre União, estados, Distrito Federal e municípios, em matéria de serviços públicos de saneamento.



Os senadores apreciarão ainda mudanças na lei que trata dos juizados especiais

Congresso examina vetos a 38 projetos

O Congresso Nacional reúne-se na próxima quarta-feira, às 10h, para apreciar vetos presidenciais a 38 projetos de lei. Os projetos, vetados total ou parcialmente, tratam, entre outros assuntos, de normas para as

eleições, gratuidade para serviços cartoriais de registros públicos, contrato de trabalho temporário, o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, plano de carreira dos servidores do Banco Central e organização da Pre-

sidência da República e dos ministérios. A votação será em cédula única, e a apuração ficará a cargo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen).

Paulo Souto afirma que CPI não tem poder para apurar morte de juiz

O relator da Comissão Parlamentar de Inquérito que está apurando denúncias de irregularidades no Poder Judiciário, senador Paulo Souto (PFL-BA), esclareceu na última sexta-feira, em entrevista a uma emissora de televisão da Bahia, que a CPI não vai investigar o assassinato do juiz Leopoldino Marques do Amaral, mas as denúncias feitas por ele contra membros do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

— As comissões parlamentares de inquérito não têm papel de polícia, por isso a CPI do Judiciário não investigará o crime cometido contra o juiz Leopoldino do Amaral, mas as denúncias feitas por ele contra desembargadores e juízes do Tribunal de Mato Grosso — afirmou Paulo Souto.

Hoje à noite, a comitiva dos membros da CPI — que inclui, além do relator Paulo Souto, o presidente Ramez Tebet (PMDB-MS), o vice-presidente Carlos Wilson (sem partido-PE) e os senadores Maguito Vilela (PMDB-GO), José Eduardo Dutra (PT-SE) e Amir Lando (PMDB-RO), além dos assessores



Souto diz que falta à CPI "poder de polícia" para investigar o assassinato do juiz de MT

do Senado Luiz Cláudio de Brito e Fernando Leite — chegará a Cuiabá para, no dia seguinte, iniciar as investigações no TJMT.

A programação a ser cumprida pelos membros da CPI em Cuiabá prevê visitas ao presidente da Assembléia Legislativa, deputado José Geraldo Riva, à viúva do juiz Leopoldino do Amaral, Rosemar Monteiro, ao superintendente da Polícia Federal no

estado, Cláudio Luiz da Rosa, e ao presidente do Tribunal de Justiça mato-grossense, Wandyr Clait Duarte. Também está agendado um almoço com o governador do estado, Dante de Oliveira.

INTERVENÇÃO

Em entrevista à imprensa mato-grossense na última quinta-feira, o senador Ramez Tebet, presidente da CPI do Judiciário, disse que, mesmo diante das graves denúncias contra 16 dos 20 desembargadores da Justiça estadual, nesse momento a intervenção no Tribunal de Mato Grosso seria prejudicial. Ele explicou que a comissão vai apurar tanto as denúncias feitas pelo juiz assassinado quanto as acusações contra o próprio magistrado.

Quando os senadores retornarem a Brasília, definirão a data em que a juíza Nirvana Melo Viana, titular da comarca de Porto Calvo (AL), prestará depoimento na comissão. Há cerca de duas semanas ela indiciou um juiz, um promotor, um padre e três fazendeiros acusados de prática de orgias sexuais envolvendo menores.

Senadores saúdam decisão do Supremo sobre quebra de sigilo

O presidente e o vice-presidente da CPI do Sistema Financeiro, Bello Parga (PFL-MA) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE), definiram como correto e apropriado o reconhecimento unânime do Supremo Tribunal Federal de que as CPIs têm poder para quebrar sigilo bancário, telefônico e fiscal de qualquer pessoa investigada, sem prévia autorização do Judiciário.

Bello Parga informou ter convocado reunião interna da comissão para amanhã a fim de que os senadores conheçam o teor da decisão do STF. Ele já pediu ao assessor jurídico da CPI, Alexandre Gazineu, para que obtenha uma



Parga pediu cópia da decisão do STF para que os membros da CPI a conheçam em detalhes

cópia da decisão, para que os senadores a conheçam inteiramente e nela se amparem quando da apresentação de novos requerimentos de quebra de sigilo.

Conforme Parga, o que o STF fez foi fixar condições sobre a fundamentação de requerimentos de quebra de sigilo de investigados. Ele reconheceu que foi exatamente porque alguns senadores não fundamentaram seus requerimentos que aquela corte concedeu

mandados de segurança impetrados pelos que estavam sujeitos a investigação.

Também informou que a proposta de emenda constitucional apresentada pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM) para sanar essa questão já aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, devendo ir a plenário nesta semana. Para o presiden-

cia da CPI, mesmo com a decisão do STF, é importante que a emenda de Jefferson seja votada, a fim de que não haja dúvidas sobre o poder das comissões de inquérito.

Vice-presidente da CPI dos Bancos, Lúcio Alcântara disse que o STF interpretou a lei corretamente. Em sua análise, é uma questão

de bom senso as comissões de inquérito não cometerem arbitrariedade no exercício do poder de quebrar o sigilo bancário, fiscal e telefônico de suspeitos de irregularidades.

Alcântara explicou que esse poder é um valioso instrumento de investigação, mas só deve ser acionado quando há elementos que o justifiquem. Ele considerou a decisão do STF também relevante para deixar claro que não existe antagonismo entre o Legislativo e o Judiciário.

Jucá propõe que CPI do Judiciário amplie investigação

Senador sugere que comissão se dedique à apuração das irregularidades ocorridas nos tribunais do Norte e do Nordeste do país. “É nas regiões mais pobres e distantes que os desmandos campeiam”, justifica ele

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) manifestou, na sexta-feira, a esperança de que, com a prorrogação do prazo de funcionamento da CPI do Judiciário, sejam apuradas com rigor denúncias de irregularidades em tribunais dos estados do Norte e Nordeste. Segundo ele, “é nas regiões mais pobres e mais distantes dos grandes centros que os desmandos e a corrupção campeiam”.

Entende o senador que a presidência da CPI deve encontrar uma fór-

mula capaz de abrir um amplo processo de investigação de inúmeras denúncias envolvendo tribunais daquelas regiões. E sugeriu que a comissão peça apoio ao Ministério Público e à Polícia Federal para que auxiliem a CPI na apuração dos fatos.

— É preciso que ocorram mortes de juízes para que membros do Judiciário, como desembargadores, sejam investigados? — perguntou Romero Jucá, declarando-se “estarecido” com o assassinato do juiz Leopoldino Mar-

ques do Amaral, que havia denunciado a cúpula do Judiciário mato-grossense.

Jucá informou que já tinha alertado à CPI do Judiciário sobre a necessidade de as investigações serem aprofundadas nas regiões mais distantes do Centro-Sul do país, como forma de combater os desmandos praticados principalmente por desembargadores. Do contrário, a seu ver, “estaria se reforçando a impunidade”.

Parlamentar lê nota do PSDB de apoio a Covas

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) pediu a transcrição nos Anais do Senado de nota oficial da executiva nacional do PSDB defendendo o governador de São Paulo, Mário Covas, de críticas formuladas “por um senador da República que, afastado do ministério, julgou-se no direito de investir contra uma das maiores figuras do partido”. Trata-se de uma referência ao pronunciamento feito na semana passada pelo senador e ex-ministro da Justiça Renan Calheiros (PMDB-AL).

Depois de solidarizar-se com Covas, Jucá destacou trecho do documento segundo o qual o governador não ne-

cessita de quem o defenda. “Seu passado político, as realizações do presente e o imenso potencial que o credencia a assumir novas responsabilidades no futuro são mais eloqüentes que qualquer peça oratória”, diz a nota.

— Em respeito à verdade, em nome do orgulho que o PSDB tem em contar entre seus quadros com um militante do porte do governador paulista, e em respeito ao povo de São Paulo e do Brasil, repudiamos energeticamente aqueles ataques. Esperamos que eles tenham resultado de acesso de irreflexão, de paixão, e



Citando a nota, Jucá destacou a “capacidade” e o “passado político” do governador de SP

não da serena e objetiva avaliação da realidade, capacidade insubstituível nos homens públicos com efetiva responsabilidade perante o país — afirma a nota.

Marina Silva cobra justiça para a população pobre

A prisão de cinco trabalhadores sem-terra pelo roubo de bodes em Pernambuco foi mencionada pela senadora Marina Silva (PT-AC) como exemplo da “justiça ineficaz” que se pratica no Brasil. Pressionados pela fome que passavam suas famílias, segundo a senadora, os

agricultores levaram oito bodes de uma propriedade localizada no município de São Bento do Una, motivo pelo qual passaram 183 dias na cadeia local, acusados de roubo qualificado, esbulho possessório e formação de bando. Na última quinta-feira, o Supremo Tribunal Federal (STF) con-



Marina protestou contra uma Justiça que, segundo ela, só pune os pobres

cedeu-lhes *habeas-corpus*, o que havia sido negado pelo juiz local e pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco.

— Enquanto os pobres recebem punição rigorosa, os ricos que cometem crimes do colarinho branco e ganham com obras superfaturadas não vão para a cadeia — protestou.

A senadora enfatizou que o absurdo da situação foi completado com a apreensão da carne pelos policiais, que fizeram um churrasco com o produto. Alheio a esse fato, o promotor de São Bento do Una alegou em sua acusação “subtração de animais caprinos” e pediu pena de quatro a dez anos para o grupo, relatou Marina.

Foram citados pela senadora alguns crimes cometidos por poderosos e que continuam sem punição: o caso Coroa Brastel, o escândalo Collor/PC, a chacina da Candelária, o massacre de Eldorado

dos Carajás, o episódio Pau Brasil (fraude eleitoral de que é acusado o ex-governador de São Paulo Paulo Maluf) e o assassinato do ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria (PA).

— Espero que a reforma do Judiciário sirva para mudar esse quadro — afirmou a senadora.

Em aparte, Romero Jucá (PSDB-RR) disse acreditar que a CPI do Judiciário é a oportunidade que o país tem de construir uma Justiça que não seja cega aos crimes do colarinho branco e que “enxergue longe para não condenar quem rouba para matar a fome”. Ele alertou para a necessidade de convocação pela CPI de outros juízes que fizeram denúncias à comissão, a exemplo do magistrado Leopoldino do Amaral, de Mato Grosso, recentemente assassinado.

Para Moreira Mendes (PFL-RO), a responsabilidade pela ineficácia da Justiça não é dos juízes, mas das leis e ritos processuais que eles são obrigados a seguir. Na opinião dele, o Congresso é que deveria “ter a coragem” de mudar as leis que devem ser mudadas.

Nabor critica abrandamento dos crimes hediondos

“Será que já não temos criminosos soltos em número suficiente para aterrorizar as famílias?” A questão foi levantada sexta-feira pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC) ao estranhar as declarações do ministro da Justiça, José Carlos Dias, de que a legislação sobre os chamados



Nabor Júnior condenou a proposta do ministro da Justiça, José Carlos Dias

crimes hediondos “é nociva porque estimula a superpopulação nos presídios e fomenta rebeliões”.

Nabor Júnior considerou preocupante a perspectiva de que os “poucos seqüestradores, latrocidistas e estupradores impenitentes hoje presos” sejam libertados e passem a se submeter apenas a meras formalidades, como “assinar ponto em delegacias”.

Ele lembrou que no mesmo dia em que os jornais estampavam a intenção do ministro de “esvaziar as cadeias”, o jornal *A Tribuna*, de Rio Branco, informava em manchete na primeira página: “Prisão domiciliar permite que preso mate ex-mulher”. Ressaltando que o benefício havia sido cancelado pela Justiça porque representava um risco social, Nabor citou a interrogação feita pelo jornal: “Se a revogação

da prisão domiciliar tivesse sido cumprida, a mulher ainda estaria viva?”

— Soltar marginais de alta e reconhecida periculosidade, mandar para as ruas esses psicopatas apenas para esvaziar as cadeias pode resolver os problemas carcerários, mas resolverá os problemas dos cidadãos, cada vez mais assustados com o crescimento descontrola-

do da violência, do tráfico de drogas, das chacinas, das guerras entre quadrilhas nas favelas? — questionou.

Afirmado defender a educação como a melhor forma de resolver os problemas sociais e prevenir o crime, Nabor Júnior destacou que é “também realista e prudente quando se trata do sagrado direito que o povo tem de desfrutar um mínimo de segurança e garantia de seus direitos civis”.

Ele observou que o bem-estar da sociedade se baseia em dois fatores concorrentes: a prevenção, na qual se incluem os programas educacionais e campanhas de conscientização coletiva, e a repressão, para impedir que a impunidade alimente o crime. “Onde falhar a prevenção, a punição tem de estar presente. E sempre agindo com firmeza, para materializar o velho princípio de que o crime não compensa”, advertiu.

Mauro elogia ação da Embrapa na distribuição de sementes

A campanha da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para modernizar o plantio de milho e feijão no Centro-Oeste, Sul, Sudeste e Nordeste foi elogiada pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO). A empresa está distribuindo seis variedades de sementes selecionadas de milho, adaptáveis



Mauro Miranda: “Campanha muito bem planejada”

às condições de solo e clima de cada região, para que sejam formados estoques destinados às safras seguintes. A partir de fevereiro de 2000, procedimento semelhante será adotado em relação ao feijão.

— A Embrapa está avançando e

inovando mais uma vez, com um campanha inteligente e muito bem planejada — disse Miranda.

Conforme o senador, o objetivo da empresa é cobrir 5 mil comunidades rurais de agricultores carentes, atingindo 100 mil pessoas. Cada comunidade receberá uma fita de vídeo e uma

cartilha sobre tecnologia de produção e beneficiamento de sementes.

Com isso, a Embrapa espera iniciar um processo de reversão de cultura das lavouras de pequenos proprietários rurais e dos ocupantes de assentamentos do Inbra.

Moreira acha que PPA não é resposta à oposição

Senador critica os “caçadores de cataclismos” e afirma que o Avança, Brasil, que será votado pelo Congresso, oferece ao país a possibilidade de implementar um ambicioso projeto de desenvolvimento social

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) disse na segunda-feira que os investimentos contidos no Plano Plurianual (PPA) para 2000-2003 não significam uma resposta do governo às críticas da oposição. Para o senador, o programa Avança, Brasil, que é como o governo se refere ao PPA, apenas põe em prática projetos que o presidente Fernando Henrique vem defendendo desde o seu primeiro mandato:

— O que não pode ser contestado é que, a partir do lançamento do PPA, o Brasil acena com um ambicioso projeto de desenvolvimento social. Cabe a nós, congressistas, termos vontade política para darmos continuidade a esse pontapé inicial — disse o senador. Moreira Mendes também questionou os “caçadores de cataclismos” que, segundo ele, “já comemoravam, como mais uma troca de farpas entre os Poderes da República, as críticas que Fernando Henrique dirigiu ao Legislativo, pedindo maior rapidez na votação das reformas”.



Moreira: baixa popularidade de FHC atinge o Congresso

Para o senador, a baixa popularidade do presidente também atinge o Congresso e representa um recado direto aos parlamentares que “postergam, não votam, adiam, não comparecem, falam muito e legislam pouco”.

Em aparte, a líder do Bloco Oposição, senadora Marina Silva (PT-AC), observou que o governo e a sua bancada não podem ficar transferindo aos opositores a responsabilidade por suas crises. “Como se tivéssemos a capacidade de produ-

zindo essas crises através de agouros”, rechaçou. Nesta mesma linha, a senadora He-loísa Helena (PT-AL) lamentou que o Congresso, “em alguns momentos venha se comportando como um anexo do Executivo”. Para ela, “isso é péssimo para a democracia, pois deixamos de cumprir aquilo que a Constituição nos atribuiu”.

Na condição de vice-líder do governo, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) discordou das senadoras opositoras e ressaltou que o “Senado tem feito o que lhe cabe com eficiência”, advertindo, no entanto, que não tinha procuração da Câmara dos Deputados para defendê-la das críticas do presidente da República.

Jucá admitiu que o presidente “está angustiado”, porque ainda faltam medidas para que se alcance o equilíbrio fiscal, e o déficit da previdência, estimado em cerca de US 40 bilhões, “precisa ser resolvido”.

— O que não pode ser contestado é que, a partir do lançamento do PPA, o Brasil acena com um ambicioso projeto de desenvolvimento social. Cabe a nós, congressistas, termos vontade política para darmos continuidade a esse pontapé inicial — disse o senador. Moreira Mendes também questionou os “caçadores de cataclismos” que, segundo ele, “já comemoravam, como mais uma troca de farpas entre os Poderes da República, as críticas que Fernando Henrique dirigiu ao Legislativo, pedindo maior rapidez na votação das reformas”.

— O que não pode ser contestado é que, a partir do lançamento do PPA, o Brasil acena com um ambicioso projeto de desenvolvimento social. Cabe a nós, congressistas, termos vontade política para darmos continuidade a esse pontapé inicial — disse o senador. Moreira Mendes também questionou os “caçadores de cataclismos” que, segundo ele, “já comemoravam, como mais uma troca de farpas entre os Poderes da República, as críticas que Fernando Henrique dirigiu ao Legislativo, pedindo maior rapidez na votação das reformas”.

Partidos brasileiros não exercitam democracia interna, afirma Távola

A inexistência de partidos políticos verdadeiramente livres e organizados amesquinha a vida política no Brasil. A opinião é do senador Artur da Távola (sem partido-RJ), por entender que as agremiações “são de cúpula, carentes de debates internos e dominados por oligarquias, cartórios ou caciques”.

Na avaliação de Távola, ao contrário do que determina a lei, quem manda nos partidos é a comissão executiva e não o diretório partidário. Na prática, observou, “a comissão executiva hipertrofia-se e o diretório atrofia-se”.

— Via de regra os governos acabam por dominar a comissão executiva, nela estrategicamente colocando parlamenta-

res deles dependentes ou quadros não parlamentares pertencentes ao grupo do governante — afirmou Távola.

Para o senador, esse “aparelhamento” do partido leva o titular do Poder Executivo a ganhar qualquer convenção e a afastar dos órgãos decisórios os que não pertencem à sua corrente. Essa, segundo Távola, é a razão da saída de quadros qualificados, esvaziando e empobrecendo o partido de quem está no poder.

— Em síntese: governadores e pre-



Távola: saída dos quadros qualificados empobrece partidos

feitos mandam nos partidos, pois escolhem os delegados à convenção. O uso autoritário desse enorme poder interno acaba por incentivar o grande troca-troca partidário da política brasileira — analisou.

Távola acredita que nos partidos que não estão no poder a luta interna é mais aberta, mas também acabam dominados por quem “faz o jogo dos governos ou por quem coloca mais gente na executiva dos partidos”.

Alcântara acha “incoerente” extinção de programa da Capes

A extinção do Programa Especial de Treinamento (PET), da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), anunciada para o final do ano, foi repudiada pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Para ele, a medida é “incompreensível e incoerente”:

— Estou convencido do erro histórico que está para ser perpetrado. A



Alcântara: “Erro histórico está para ser perpetrado”

Quando acumulamos experiência não a levamos em conta? — questionou Alcântara em discurso.

O PET foi criado em 1979 para incentivar o surgimento nas universidades de grupos de estudo na graduação dedicado ao trabalho intelectual em tempo integral, sob orientação de um professor tutor, num ambiente propício à troca de idéias e experiências. Segundo Alcântara, em oposição à massificação das turmas, a iniciativa buscava permitir a um pequeno grupo um contato integral com os estudos e a pesquisa.

— Estou convencido do erro histórico que está para ser perpetrado. A decisão é incoerente com a política de melhoria do ensino de graduação, anunciada pelo próprio MEC. O Brasil não tem tradição no ensino superior.

— Estou convencido do erro histórico que está para ser perpetrado. A decisão é incoerente com a política de melhoria do ensino de graduação, anunciada pelo próprio MEC. O Brasil não tem tradição no ensino superior.

Simon quer limitar valor de inscrição para concurso

Preocupado com as altas taxas de inscrição cobradas a candidatos em concursos públicos, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou projeto de lei limitando as cobranças em 1% do valor da remuneração inicial do cargo. Pela legislação vigente, esse limite é de 2,5%. O projeto tramita na Comissão de Constituição e Justiça, em caráter terminativo.

Em sua justificativa, o senador pelo Rio Grande do Sul se diz favorável à exigência de concurso público de provas e títulos como o único acesso legal aos órgãos de serviço público. “É também natural que esses órgãos estejam terceirizando os exames de seleção

para seus quadros. Isso faz parte de um processo de modernização da máquina pública que não queremos obstruir.”

Pedro Simon adverte, porém, que esse sistema não pode estar em desacordo com o princípio consagrado da administração pública de impessoalidade no trato com a coisa pública. “Está ocorrendo um processo de especialização e de industrialização dos concursos, que está corrompendo as metas iniciais de transparência, lisura e igualdade. Ao cobrar taxas exorbitantes, os centros de seleção estão discriminando e selecionando, *a priori*, candidatos pelo critério econômico”, conclui.

Projeto proíbe procuração para receber salário ou FGTS

Está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para decisão terminativa, projeto de lei de autoria do senador Pedro Simon que veda o recebimento por terceiros, mediante procuração, de verba decorrente de vínculo empregatício, inclusive quanto a reclamação judicial, ou benefício pago pela Previdência Social.

O projeto também veda a outorga de procuração para receber indenização paga por empresa seguradora por danos cobertos por apólice de seguro obrigatório de responsabilidade civil dos proprietários de veículos automotores. O projeto estabelece ainda

que, quando o titular do crédito estiver impossibilitado de assinar termos de recebimento e quitação, será aberta uma conta judicial em seu nome que só poderá ser movimentada por curador nomeado pela autoridade judicial competente.

Ao justificar sua proposição, Pedro Simon lembrou que projeto com o mesmo objetivo foi apresentado por ele em 1991 e rea-

presentado em 1997. Na primeira vez, o próprio senador requereu sua retirada de tramitação em virtude da reação por parte de vários advogados, inclusive do então presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcelo Lavanère, alegando o cerceamento do trabalho do advogado:

— Ora, as disposições do projeto não impedem a intervenção do advogado em qualquer fase do processo. Apenas exigem que o titular do direito receba pessoalmente e dê quitação aos seus créditos. Impedido de fazê-lo pessoalmente, a autoridade judicial competente nomeará um curador, que nada impede seja esse mesmo advoga-

do — explicou Pedro Simon.

O senador pelo Rio Grande do Sul registrou que a imprensa tem noticiado a existência de parentes de pessoas idosas que obtêm procuração dos referidos familiares para casos previstos nas hipóteses contempladas pelo projeto, providenciam seu internamento em asilos ou hospitais e “desaparecem” após sacar o dinheiro.



Simon preocupa-se com os casos de golpes aplicados por parentes

Eduardo diz que Tocantins tem finanças em ordem

Ao anunciar que o governo do Tocantins liberou, na semana passada, R\$ 80 milhões para o pagamento de fornecedores, empreiteiras, custeio dos três poderes e pagamento do funcionalismo público, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) disse que isso “demonstra que é possível, com vontade política e racionalização do serviço público, o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos”.

O senador ressaltou que a maioria dos estados brasileiros, atualmente, enfrenta dificuldades para saldar seus compromissos com os fornecedores e que mesmo as mais ricas unidades da Federação estão inadimplentes.

– Nesse contexto, não podemos



Eduardo Siqueira Campos afirma que a receita é a aplicação racional dos recursos

deixar de registrar que nosso modesto estado, sem embargo de todas as dificuldades orçamentárias que enfrenta e mesmo com a acentuada queda nos repasses de verbas federais, vem cumprindo rigorosamente o cronograma de pagamentos aos fornecedores – disse.

O senador esclareceu que os recursos serão gastos para o pagamento de obras de pavimentação asfáltica, construção de pontes, escolas, hospitais e edifícios públicos, eletrificação rural e obras sociais.

– Não se trata de nenhum milagre, mas sim da aplicação racional dos recursos públicos e de não se gastar um centavo a mais do que aquilo que é arrecadado – assegurou.

Filme *Corte de Cabelo* é a atração do Cultura ao Meio-Dia

Dando continuidade à Mostra de Filmes Portugueses, o projeto Cultura ao Meio-Dia traz na quarta-feira o filme *Corte de Cabelo*, do diretor Joaquim Sapinho. Ganha dor de dois prêmios no Festival de Cinema de Genebra de 1996, incluindo o de melhor atriz para Carla Bolito, e do Prêmio Kodak para cineastas estreantes, no Festival do Cinema Latino de Chicago, o filme conta a história de Rita, uma garo-

ta de 18 anos que está prestes a se casar. No dia do casamento, enquanto se prepara no salão de beleza do centro comercial onde trabalha, questiona com suas amigas o relacionamento com o noivo.

O projeto Cultura ao Meio-Dia, desenvolvido pela Subsecretaria de Relações Públicas do Senado, acontece sempre às quartas-feiras no Auditório Petrônio Portella, com entrada franca.

Viana critica ação dos EUA contra remédios genéricos

Senador lamenta a intervenção de Al Gore na tentativa de proibir em outros países a produção de medicamentos a custos baixos

O senador Tião Viana (PT-AC) considerou “profundamente lamentável” a intervenção do vice-presidente americano, Al Gore, na tentativa de proibir em outros países a produção de medicamentos ditos genéricos. Esses medicamentos trazem em suas embalagens apenas o nome das substâncias químicas que determinam seu princípio ativo, omitindo o nome fantasia, e são, pela redução de custos que isso acarreta, vendidos a preços menores. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, citado pelo senador, a diferença entre os preços de remédios com o mesmo princípio ativo chega a 600%.

Para ilustrar seu discurso de sexta-feira, o parlamentar leu reportagem do *The Nation*, publicada pelo jornal *Correio Braziliense*, que relata interferências políticas dos Estados Unidos para impedir a produção de genéricos na África do Sul, Argentina, Guatemala, Nova Zelândia e Tailândia. Segundo a matéria, o United States Trade Re-



Tião Viana: diferença de preços entre remédios com mesmo princípio ativo chega a 600%

presentative, órgão do governo americano encarregado de promover os interesses comerciais daquele país no exterior, “virou um virtual apêndice do setor farmacêutico” nos últimos anos.

Segundo o senador, trata-se de “uma intervenção clara, antiética e perversa do governo dos Estados Unidos” em assuntos internos de outros países. Para ele, o Ministério da Saúde precisa dar uma resposta à tentativa de in-

tervenção americana. O senador lamentou que a política neoliberal adotada pelo governo tenha inviabilizado a Central de Medicamentos (Ceme) do governo federal. Ele pediu incentivos à produção e pesquisa feitas por laboratórios brasileiros, como o Instituto Butantã e o Laboratório Manguinhos, em benefício da população brasileira.

– Pelo menos para que não se passe a humilhação de ser pobre na hora de colocar um remédio na boca de um filho – afirmou o parlamentar, anunciando que apresentará, em breve, dois projetos de lei sobre o assunto.

Tião Viana também conclamou o Conselho Federal de Medicina (CFM) a impedir a interferência da Associação Brasileira das Indústrias Farmacêuticas (Abifarma). Segundo o senador, a entidade está encetando uma campanha contra os médicos que receitam genéricos, “responsabilizando-os por agravo à saúde humana”.

Gastos com pesquisa excluem doenças de pobres

O senador Tião Viana lembrou em seu pronunciamento alerta feito pela revista *The Economist* de que, dos US\$ 56 bilhões gastos anualmente em pesquisas no setor de saúde, apenas US\$ 5 bilhões destinam-se a doenças que afetam populações de baixa renda. Segundo essa publicação, quase a totalidade (98%) das

mortes de crianças antes dos cinco anos ocorre nas nações subdesenvolvidas e 95% das pessoas contaminadas com o vírus da Aids estão nesses países.

O parlamentar citou também o senador francês Robert Badinter, que, em entrevista ao jornal *Le Monde*, apontou a morte de 35 mil crianças a

cada dia por fome ou por enfermidades decorrentes da subnutrição. Tião Viana mencionou ainda números do Banco Mundial que constata o crescimento de 1,2 bilhão para 1,5 bilhão do número de miseráveis – pessoas que vivem com menos de US\$ 1,00 por dia –, quase todas habitantes de países do Terceiro Mundo.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 – *Especial Unip* – Assunto: Amazônia
6h55 – *Senado em Pauta*
7h – *Saúde Todo Dia* – Atividade: Ginástica
7h30 – *Especial Unip*
7h55 – *Senado em Pauta*
8h – *Especial* – Xingu
8h25 – *Senado em Pauta*
8h30 – *Entrevista* – O senador Alberto Silva fala sobre o Plano Plurianual e o Piauí
9h – *Cidadania* – Conflito no Timor Leste
10h – CAE (gravada em 14.9.99)
12h – *Cores do Brasil* – Em destaque: Diamantina
12h30 – *Entrevista* – Senador Alberto Silva
13h – *Cores do Brasil* – Em destaque: Pernambuco
13h30 – *Cidadania* – Conflito no Timor Leste
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 – *Especial* – Parlamento brasileiro
19h – *Cores do Brasil* – Em destaque: Bahia
19h30 – *Especial* – Xingu

20h – *Cores do Brasil* – Em destaque: Paraíba
20h30 – *Entrevista* – Senador Alberto Silva
21h – *Jornal do Senado*
21h25 – *Senado em Pauta*
21h30 – *Cidadania*
22h30 – Sessão Plenária (representação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste
Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação

Francelino quer medidas efetivas de combate à seca no norte de Minas

O norte de Minas Gerais e o Vale do Jequitinhonha reclamam medidas estruturais capazes de criar um quadro de resistência e de sobrevivência permanente à seca, disse o senador Francelino Pereira (PFL-MG) ao pedir maiores investimentos públicos para a região, como projetos de irrigação e conclusão de barragens. Para ele, os mineiros dessas duas regiões “já estão cansados de desempenhar o papel de pedintes em tempos de seca”.



Francelino: Vale do Jequitinhonha também precisa de apoio

Francelino Pereira fez essas afirmações depois de relatar o estado “alarmante” em que se encontram o norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha em virtude da seca que assola as duas regiões, considerada a maior dos últimos 20 anos. Segundo informou, o abastecimento de água está comprometido e já existem mais de 130 mil flagelados, “sem emprego e sem ter o que comer”.

Depois de lembrar que o go-

verno federal começa a auxiliar os flagelados com a distribuição de uma ajuda mensal no valor de R\$ 56 e a custear pequenos investimentos, Francelino Pereira sugeriu às autoridades que adotem outras medidas emergenciais com o objetivo de minorar o sofrimento da população atingida.

Entre as medidas, o senador destacou a imediata entrada em operação de 400 poços artesianos e a agilização dos projetos em andamento, cujos recursos estão alocados no Orçamento Geral da União.

Eduardo Suplicy cobra maior velocidade na reforma agrária

Senador destaca início, no Rio de Janeiro, de marcha popular que chegará a Brasília em outubro em defesa de mudanças sociais

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou na sexta-feira, em discurso no plenário, a marcha popular que saiu do Rio de Janeiro no dia 26 de agosto e deverá chegar a Brasília por volta do dia 7 de outubro, com objetivo de reivindicar reformas sociais, particularmente a aceleração da reforma agrária. De acordo com Suplicy, é necessário haver mais intensidade na reforma agrária e melhor distribuição das terras no país, apesar de o governo anunciar um número recorde de assentamentos.

Na quarta-feira, Suplicy esteve com o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, o qual lhe informou que, no período entre 1º de janeiro e 15 de setembro deste ano, o governo assentou entre 30 mil e 31 mil famílias. O balanço geral do governo, segundo Suplicy,



Eduardo Suplicy considera "modesto" o resultado obtido pelo governo no setor

é de que foram assentadas um total de 280 mil famílias nos primeiros quatro anos do mandato de Fernando Henrique Cardoso, o que dá uma média de 70 mil fa-

mílias assentadas por ano.

– Acho que esse ainda é um número modesto, apesar de o governo dizer que é o maior número da história do país – observou.

Para o senador, o Brasil sempre praticou a reforma agrária “às avessas”, desde a época colonial, com a exploração dos índios e depois dos negros escravos, o que propiciou o aumento da concentração de riquezas. A estrutura fundiária, acrescentou, foi delineando-se sempre a partir de um estilo conservador.

Eduardo Suplicy citou dados do Incra, de 1996, segundo os quais 2,5% dos proprietários detêm 57% das terras agricultáveis do país. Em sua opinião, embora os dados sejam daquele ano, a concentração de terras deve ter aumentado ainda mais.

Currículo escolar poderá ter noções de educação ambiental

A senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) apresentou projeto de lei incluindo noções de educação ambiental nos currículos da educação básica, média e superior, em todo o território nacional. O projeto tramita na Comissão de Educação, em caráter terminativo.

A senadora argumenta que a importância da conservação do ambiente, nos dias de hoje, justifica sua inclusão explícita e sistemática nos currículos escolares, desde o

ensino fundamental. “Trata-se de uma sementeira efetiva, cujos frutos são colhidos depois de algum tempo, mas de forma duradoura.”

Luzia Toledo reconhece que a educação ambiental já vem ocorrendo por iniciativa individual de escolas, professores e autores de livros didáticos, mas observa que é preciso sistematizar e ampliar sua presença nos currículos escolares. Assim, explica, o projeto estabelece a inclusão de conteúdos de edu-

cação ambiental nos ensinamentos fundamental, médio e superior de maneira integrada para evitar a fragmentação curricular.

Em relação ao ensino superior, a senadora pelo Espírito Santo observa que o desenvolvimento de conteúdos de educação ambiental precisa se ater às peculiaridades de cada curso para evitar sobrecarga dos currículos e programas, segundo recomendações da Unesco.

Luzia Toledo quer atualizar Lei do Divórcio quanto à pensão alimentícia

Projeto apresentado pela senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) inclui na Lei do Divórcio dispositivos estabelecendo que, no caso de novo casamento ou união estável, o cônjuge credor perderá o direito à pensão alimentícia. A matéria foi encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para decisão terminativa.

Luzia Toledo lembra na justificativa da matéria que, embora existam leis que tratam da extinção do dever de

pagar pensão alimentícia após nova união, “não se registra, no âmbito da Lei do Divórcio, o mesmo cuidado em relação ao dever de prestar alimentos”. A senadora entende que “é justo que ela seja atualizada em relação à prestação alimentícia não só em termos do direito de receber alimentos, mas também no que toca à cessação da obrigação de prestá-los”.

Com as alterações propostas, argumenta a senadora, a lei poderá prever, de modo abrangente,



Luzia quer definir hipóteses de cessação da obrigação de prestar alimentos

as hipóteses em que a nova união faz cessar a obrigação de prestar alimentos.

Mozarildo comemora sucesso do Exame Nacional do Ensino Médio

Entusiasmado com o alto número de estudantes inscritos no segundo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) exaltou as vantagens que o exame pode trazer para o sistema de ensino nacional. Na avaliação do senador, além de ser uma opção ao vestibular, que considerou ultrapassado, o Enem pode ser “o indutor de uma nova abordagem pedagógica para o ensino médio”.

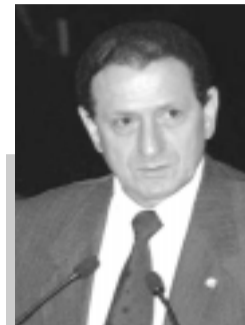
– Todos nós estamos torcendo para que o Enem tenha vindo realmente para ficar e se consolide como uma vigorosa alternativa de ingresso aos cursos superiores – afirmou Mozarildo.

O senador lembrou que, em 1999, 346 mil alunos se inscreveram para fazer o exame, ou seja, 120% a mais que no ano anterior. Esse número, continuou, é altamente significativo, pois o exame tem caráter voluntário, e os bons resultados obtidos na aplicação da prova farão com que mais instituições de ensino superior adotem o Enem, em associação ou em substituição ao vestibular. Até o final de agosto, informou Mozarildo, 50 faculdades e universidades, 12 pú-

blicas (entre elas USP, Unesp e Unicamp) e 38 particulares, já utilizavam o Enem como parâmetro.

– O vestibular não mais atende às expectativas e necessidades da época atual. Além disso, as notas poderão servir de credencial para o ingresso no mercado de trabalho e para acesso a cursos profissionalizantes do pós-médio – analisou o senador.

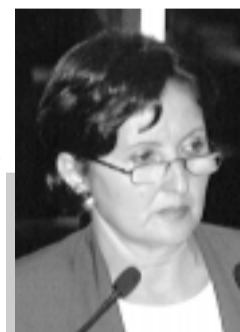
Mozarildo destacou que o Enem é uma prova diferente, por não cobrar a memorização de conteúdos e por centrar-se na avaliação de competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos de escolaridade básica. Assim, o senador acredita que o Enem pode transformar o ensino médio no sentido de estimular a formação geral dos alunos, preparando-os para interpretar informações e resolver problemas concretos do dia-a-dia.



Mozarildo Cavalcanti elogiou Enem por não cobrar memorização

Maria do Carmo pede contratação de 653 professores concursados

Apelo para que o governo de Sergipe convoque 653 professores aprovados em concurso público em 1997 foi formulado pela senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), que destacou a necessidade da contratação, pois já em abril deste ano havia 864 vagas nas escolas do estado. A validade do concurso, ab-



Maria do Carmo fez apelo ao governo de Sergipe

Segundo Maria do Carmo, ao invés de nomear os professores aprovados em concurso, o governo estadual tem remediado necessidades inadiáveis contratando estagiários e promovendo a terceirização da atividade docente por meio da Cooperativa dos Profissionais de Educação de Sergipe.

A senadora disse que o governo estadual está contrariando o artigo 206, inciso V, da Constitui-

ção federal – que prevê para o magistério o ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos –, assim como o artigo 67 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Estatuto do Magistério de Sergipe e a própria Constituição estadual.

Maria do Carmo Alves enfatizou que documentos oficiais da Secretaria de Educação atestam a existência de vagas destinadas aos concursados e situadas nos municípios de Estância, Lagarto, Itabaiana, Japaratuba, Gararu, Nossa Senhora das Dores, Propriá e Aracaju.

– Tenho a esperança de que o governo de Sergipe, ciente dessa situação, possa resolver mandar para as escolas públicas do estado os professores de que elas há muito necessitam – afirmou a senadora.